

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **A saúde pública no Brasil: impasses e desafios**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto I

A história da saúde pública no Brasil e a evolução do direito à saúde.

Com 518 anos de história brasileira – contados a partir da vinda dos portugueses –, as políticas de saúde sofreram diversas mudanças. Quais foram os momentos decisivos com relação à saúde no Brasil? Quando o Estado passou a agir? E, enquanto não agia, quais eram os responsáveis pelos cuidados médicos da população?

[...]

Como se sabe, antes da chegada de europeus em território brasileiro, os povos indígenas já o habitavam há centenas de anos. Os povos indígenas já tinham enfermidades, mas com a colonização portuguesa tudo piorou, principalmente pela conhecida expressão usada em aulas sobre a história do Brasil: as “doenças de branco”. Doenças comuns na Europa, que não existiam no Brasil, acabaram sendo trazidas. O ponto de atenção é de que os indígenas não tinham imunidade para elas e a consequência foi a morte de milhares deles.

[...]

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a colocar o direito à saúde definitivamente no ordenamento jurídico brasileiro. A saúde passa a ser um direito do cidadão e um dever do Estado – essa última posição é problematizada pelo Dr. Dráuzio Varella por, na sua concepção, retirar a responsabilidade do cidadão sobre o cuidado da própria saúde. A Constituição ainda determina que o sistema

de saúde pública deve ser gratuito, de qualidade e universal, isto é, acessível a todos os brasileiros e/ou residentes no Brasil.

O Sistema Único de Saúde foi regulado posteriormente pela lei 8.080 de 1990, em que estão distribuídas todas as suas atribuições e funções como um sistema público e pela lei 8.142, também de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade, gestão e financiamento do SUS. Você poderá ler sobre o SUS em diversos outros textos na nossa trilha sobre saúde pública.

Disponível em: <<http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/51044>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Texto II

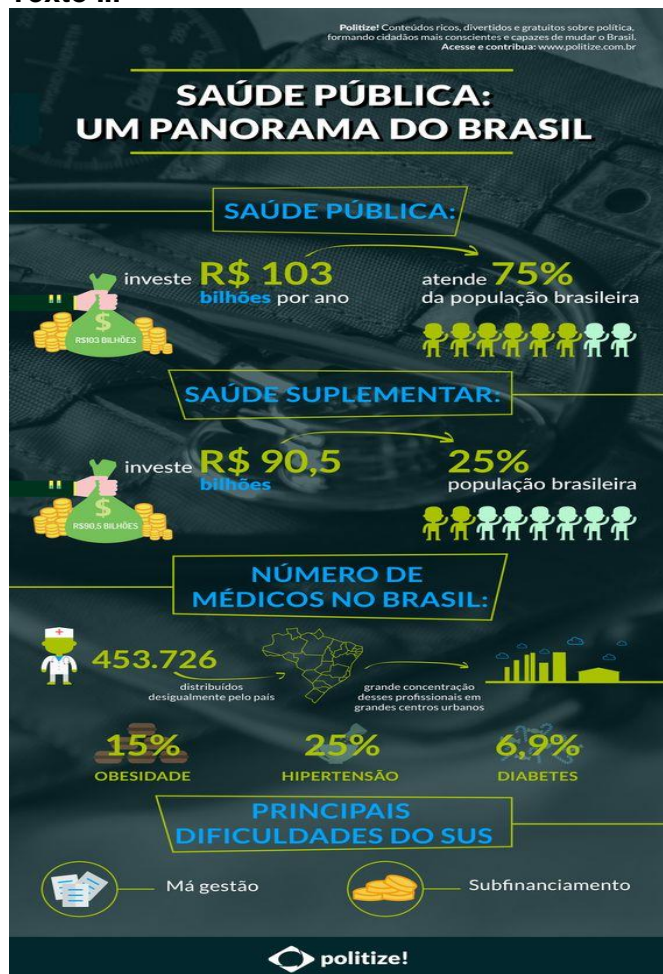
Declaração Universal dos Direitos Humanos
Artigo 25

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universaldos-direitos-humanos>> Acesso em: 27 ago. 2021.

Texto III



Texto IV

